

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 26739965/2025 - SDE.NAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE, no exercício de suas atribuições institucionais, é responsável por planejar, executar e articular políticas públicas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios, ao incentivo ao empreendedorismo e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável no município de Joinville.

1.2 Nesse contexto, o Programa Juro Zero de Joinville, instituído pela Lei Municipal nº 9.908/2025 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 68.796/2025, configura-se como uma política pública estratégica voltada à ampliação do acesso ao crédito produtivo orientado para microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) formalizadas e registradas no município. O programa tem como objetivos centrais fomentar a formalização de negócios, estimular a geração de emprego e renda, promover a inclusão social e fortalecer a economia local.

1.3 A dificuldade de acesso a crédito por MEIs EPPs e MEs no município de Joinville é o principal problema a ser resolvido. Essa limitação de crédito impede o crescimento e a formalização de negócios informais, impactando diretamente a geração de emprego e renda local.

1.4 Atualmente, o cenário demonstra um crescimento significativo no número de empresas em Joinville, especialmente MEIs. Em 2021, a cidade contava com aproximadamente 66.000 empresas (30.000 MEIs e 36.000 de outras naturezas jurídicas). Ao final de 2024 esse número subiu para cerca de 107.000 empresas (60.000 MEIs e 47.000 de outras naturezas jurídicas). Apesar desse crescimento, os MEIs, em particular, enfrentam limitações de crédito devido ao seu faturamento máximo anual de R\$ 81.000,00, o que dificulta a obtenção de crédito junto a instituições financeiras tradicionais. O programa anterior, Programa de Retomada Econômica, operacionalizado entre junho de 2022 e outubro de 2024, demonstrou a importância do apoio financeiro, injetando mais de R\$ 7,8 milhões na economia local e custeando R\$ 1,5 milhão em juros para 1.213 empreendedores. No entanto, este programa foi substituído pela proposta atual.

1.5 Os recursos públicos devem ser gastos com a solução desse problema para fortalecer a economia local através do apoio ao micro e pequeno empreendedor. O Programa Juro Zero de Joinville visa possibilitar o acesso a crédito sem juros, fomentar o desenvolvimento de negócios locais, estimular o empreendedorismo e, consequentemente, alavancar a geração de emprego e renda no município. A experiência do programa anterior já demonstrou um retorno significativo para a economia local.

1.6 A concessão de crédito no âmbito do programa será realizada por meio do credenciamento de instituições financeiras, cooperativas de crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte - SCMEPP, que possuam capacidade técnica, autorização legal e experiência na operacionalização de linhas de crédito produtivo orientado.

1.7 O município, por força de limitações técnicas, operacionais e legais, não pode conceder diretamente o crédito, razão pela qual a execução do programa dependerá da contratação dessas instituições especializadas, que atuarão de acordo com os critérios e condições definidos na legislação e no regulamento do programa.

1.8 O modelo operacional prevê a concessão de crédito com taxa de juros remuneratórios limitada ao percentual estabelecido no decreto regulamentador, com prazo máximo de 12 (doze) parcelas, sendo as duas últimas custeadas pelo Município, desde que as dez primeiras sejam quitadas integralmente e dentro do prazo. Essa sistemática busca estimular a adimplência, reduzir o custo final para o beneficiário e incentivar o uso responsável do crédito.

1.9 A não resolução do problema de acesso ao crédito acarretará consequências relevantes e negativas para o desenvolvimento econômico e social de Joinville. A expansão do número de empresas, especialmente dos microempreendedores individuais - MEIs, será limitada e a dificuldade de formalização de negócios informais permanecerá como um entrave recorrente. Esse cenário implicará menor geração de emprego e renda, enfraquecimento do empreendedorismo local e frustração do objetivo central de fortalecer a economia do município.

1.10 Para a Administração Municipal, a incapacidade de oferecer um apoio financeiro efetivo poderá resultar no descumprimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, comprometendo a credibilidade institucional e reduzindo a eficácia das ações governamentais voltadas ao fomento da atividade empresarial.

1.11 Insta salientar que as instituições credenciadas serão responsáveis por realizar atendimento personalizado aos beneficiários, levantamento socioeconômico, análise da viabilidade e definição do valor do crédito, acompanhamento da aplicação dos recursos exclusivamente no município de Joinville, bem como pelo envio periódico de relatórios à SDE contendo informações sobre contratos, termos de adesão, valores liberados, taxas de juros aplicadas, datas de pagamento e situação de adimplência.

1.12 O programa também contempla mecanismos para garantir que a segunda operação de crédito, quando solicitada, somente seja liberada mediante comprovação documental da aplicação dos recursos da primeira operação em atividades produtivas no município. Além disso, prevê que a responsabilidade pelo risco de inadimplência e pelo custeio de toda a operação seja integralmente assumida pela credenciada, sem qualquer aval, garantia ou cobertura por parte do município.

1.13 Assim, a contratação pretendida é essencial para viabilizar a execução do Programa Juro Zero de Joinville, permitindo que ele seja implementado com segurança jurídica, eficiência administrativa e impacto social positivo, atendendo aos objetivos estratégicos da SDE e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social de Joinville.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 Não há imposição legal para a elaboração do PCA. Na mesma seara, em que pese sua relevância, a doutrina apenas recomenda sua elaboração. No mesmo sentido, é o disposto no Memorando PGM.UAD 0020036205.

2.2 Outrossim, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa nº 03/2024 0015231284, a elaboração do PCA foi relativizada a partir do ano de 2024, *in verbis*:

*Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA **poderá** ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)*

2.3 A contratação está prevista no PPA - Plano Plurianual 2026-2029 SEI nº 25.0.110179-5 bem como na LOA 2025 SEI 25.0.160111-9 do Município de Joinville.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

3.1.1 O apoio do Município consistirá no pagamento das duas últimas parcelas da operação de crédito, correspondentes exclusivamente aos juros remuneratórios, desde que o beneficiário cumpra integralmente as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar bem como nas normas do Programa.

3.1.2 Poderão acessar as operações de crédito do Programa Juro Zero de Joinville as pessoas jurídicas regularmente registradas e estabelecidas no Município de Joinville, enquadradas como MEI, ME ou EPP.

3.1.3 O empreendedor interessado em aderir ao Programa Juro Zero de Joinville deverá procurar diretamente uma das empresas credenciadas, por seus próprios canais de atendimento, que lhe prestará o devido atendimento.

3.1.4 No primeiro atendimento do empreendedor, a instituição credenciada deverá:

3.1.4.1 Realizar levantamento socioeconômico do empreendedor, identificando características, dificuldades e oportunidades.

3.1.4.2 Analisar a viabilidade e a necessidade da operação de crédito, orientando quanto ao valor adequado.

3.1.4.3 Apoiar o empreendedor por meio de ações complementares de educação financeira e fiscal e de prevenção ao superendividamento.

3.1.4.4 Orientar sobre gestão de negócios.

3.1.4.5 Prestar informações claras sobre a utilização dos recursos e responsabilidades assumidas.

3.1.5 O critério de classificação dos beneficiários será por ordem cronológica de atendimento, devendo a instituição suspender a concessão de novas operações de crédito quando for atingido o limite definido pelo Município.

3.1.6 As comunicações e esclarecimentos de dúvidas por parte do tomador do crédito deverão ser feitos exclusivamente por intermédio da instituição credenciada.

3.1.7 O Município poderá contatar os beneficiários para fins de fiscalização e auditoria do Programa.

3.1.8 Os documentos necessários serão solicitados pela instituição credenciada escolhida pelo empreendedor para a obtenção do crédito.

3.1.9 Os empreendedores, por intermédio do Termo de Adesão ao Programa Juro Zero de Joinville, serão responsabilizados cível e criminalmente pela veracidade das informações pessoais e negociais vinculadas aos legítimos fins da presente política pública.

3.1.10 As operações de crédito do programa estarão sujeitas às seguintes condições:

3.1.10.1 Duas operações de crédito, não simultâneas, mesmo que em instituições de crédito distintas, cada uma de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI) e de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

3.1.10.2 Somente terá acesso à segunda operação de crédito a empresa que apresentar comprovação da utilização do valor tomado na primeira operação dentro do Município de Joinville, por meio de notas fiscais.

3.1.10.3 Os créditos serão divididos em 12 (doze) parcelas, sendo as 02 (duas) últimas parcelas pagas pelo Município de Joinville, desde que as 10 (dez) parcelas iniciais tenham sido quitadas até a data de vencimento da 10ª (décima) parcela.

3.1.10.4 O valor total contratado será liberado em uma única parcela.

3.1.11 Não haverá interferência ou participação do Município, a qualquer título, nos procedimentos privados de avaliação de risco de crédito dos potenciais tomadores.

3.1.12 A decisão final quanto à concessão do crédito caberá exclusivamente às instituições credenciadas, ficando a cargo das mesmas a avaliação de riscos, necessidade, viabilidade econômica e capacidade de pagamento do empreendedor.

3.1.13 Compete à instituição credenciada garantir que o tomador não possua outra operação dentro deste programa, seja na mesma instituição ou em instituição credenciada distinta, atendendo ao Art. 4º, inciso I, do Decreto nº 68.796/2025, que limita a 02 (duas) a quantidade máxima de operações, não simultâneas, para cada empreendedor.

3.1.14 O risco de inadimplência será integralmente assumido pela instituição credenciada.

3.1.15 Cumpridas pelo empreendedor as condições do Programa Juro Zero de Joinville, caberá à instituição credenciada suportar o valor correspondente aos juros remuneratórios, caso deixe de cumprir condição de sua responsabilidade que acarrete a desqualificação da operação.

3.1.16 Não existirá tolerância quanto ao não pagamento, pelo empreendedor, de nenhuma das 10 (dez) parcelas iniciais, após a data de vencimento da 10ª (décima) parcela, fato este que resultará na perda imediata do benefício do Programa Juro Zero de Joinville, ficando o tomador responsável pelo pagamento de todas as parcelas da operação de crédito.

3.1.17 A taxa de juros aplicável no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville será de, no máximo, 2,92287% (dois inteiros, noventa e dois mil duzentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento) ao mês, nos moldes das tabelas 1 e 2 abaixo exemplificadas, e sendo vedada a incidência de quaisquer outros valores adicionais não previstos no regulamento do Programa:

TABELA 01: OPERAÇÃO NO VALOR DE R\$ 6.000,00

#	Parcelas	Amortizações	Juros	Saldo Devedor
1	600,00	424,63	175,37	5.575,37
2	600,00	437,04	162,96	5.138,33
3	600,00	449,81	150,19	4.688,52
4	600,00	462,96	137,04	4.225,56
5	600,00	476,49	123,51	3.749,07
6	600,00	490,42	109,58	3.258,65
7	600,00	504,75	95,25	2.753,89
8	600,00	519,51	80,49	2.234,39
9	600,00	534,69	65,31	1.699,69
10	600,00	550,32	49,68	1.149,37
11	600,00	566,41	33,59	582,97
12	600,00	582,96	17,04	0,01
TOTAL	7.200,00	5.999,99	1.200,01	

TABELA 02: OPERAÇÃO NO VALOR DE R\$ 12.000,00

#	Parcelas	Amortizações	Juros	Saldo Devedor
1	1.200,00	849,26	350,74	11.150,74
2	1.200,00	874,08	325,92	10.276,67
3	1.200,00	899,63	300,37	9.377,04
4	1.200,00	925,92	274,08	8.451,12
5	1.200,00	952,98	247,02	7.498,13
6	1.200,00	980,84	219,16	6.517,29
7	1.200,00	1.009,51	190,49	5.507,79
8	1.200,00	1.039,01	160,99	4.468,77
9	1.200,00	1.069,38	130,62	3.399,39
10	1.200,00	1.100,64	99,36	2.298,75
11	1.200,00	1.132,81	67,19	1.165,94
12	1.200,00	1.165,92	34,08	0,02
TOTAL	14.400,00	11.999,98	2.400,02	

3.1.18 Os recursos do Programa Juro Zero de Joinville não poderão ser utilizados para o pagamento de multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários à agentes financeiros, independente do motivo.

3.1.18.1 A Administração Municipal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE, poderá realizar fiscalização periódica por amostragem sobre as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville, além da análise documental já prevista nos relatórios encaminhados pelas instituições credenciadas.

3.1.18.2 Para a efetiva fiscalização, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de forma amostral e rotativa, deverá:

3.1.18.2.1 Selecionar, de forma amostral e rotativa, contratos de microcrédito para verificação da conformidade das informações prestadas.

3.1.18.2.2 Solicitar diretamente aos beneficiários a apresentação de documentos comprobatórios da utilização dos recursos, bem como esclarecimentos adicionais.

3.1.18.2.3 Confrontar as informações constantes dos relatórios encaminhados pelas instituições credenciadas com os dados obtidos em fiscalização direta.

3.1.18.3 O beneficiário do Programa Juro Zero de Joinville é responsável pela veracidade das informações prestadas. Assim, em caso de identificação de má-fé, falsidade documental ou descumprimento das condições pactuadas, o Município poderá:

3.1.18.3.1 Excluir o beneficiário do Programa.

3.1.18.3.2 Comunicar a instituição credenciada para adoção das providências cabíveis quanto ao contrato.

3.1.18.3.3 Acionar as instâncias competentes para responsabilização cível e criminal do beneficiário.

3.1.19 Não poderão ser habilitadas ao Programa Juro Zero de Joinville as operações de crédito:

3.1.19.1 Inadimplidas ou em inadimplemento.

3.1.19.2 Renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem.

3.1.19.3 Que prevejam a incidência de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

3.1.20 Somente poderão ser credenciadas entidades que estejam devidamente registradas junto ao Banco Central (BACEN) e/ou apresentarem certificado válido de habilitação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO).

3.1.21 As instituições credenciadas deverão possuir sede, filial, agência, sucursal, escritório,

estabelecimento, agente ou representante no Município de Joinville.

3.1.22 O atendimento aos empreendedores poderá ser realizado presencialmente ou por meio digital, a critério do interessado.

3.1.23 As instituições credenciadas a operar o Programa Juro Zero de Joinville, dentre outras atribuições, deverão:

3.1.23.1 Assumir integral responsabilidade pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste contrato, inclusive as decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais.

3.1.23.2 Ressarcir o valor dos juros remuneratórios ao erário em virtude de desenquadramento ou desqualificação apurada por verificação posterior de operação que tenha sido subsidiada.

3.1.23.3 Guardar e zelar pela conservação dos documentos comprobatórios das operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da liquidação da operação.

3.1.23.4 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do Programa ou de seus prepostos.

3.1.23.5 Arcar com todas as despesas necessárias à operacionalização do programa, tais como custos administrativos, financeiros, de pessoal, logísticos, de infraestrutura, materiais de expediente, entre outros.

3.1.24 Para fins de acompanhamento e fiscalização, a instituição credenciada deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente:

3.1.24.1 Cópia de cada contrato de abertura de crédito aprovado.

3.1.24.2 Cópia do Termo de Adesão firmado pelo beneficiário.

3.1.24.3 Sempre que requisitado ou mensalmente, planilha contendo dados dos contratos (nome, enquadramento, CPF/CNPJ, número e data do contrato, valor concedido, taxa de juros, valor e vencimento da parcela e situação do benefício).

3.1.24.4 Declaração de que realizou atendimento personalizado e levantamento socioeconômico dos beneficiários cujos contratos atingiram a 10ª parcela, conforme disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 3º, do Decreto nº 68.796/2025.

3.1.24.5 Em uma segunda tomada de crédito, declaração comprovando o cumprimento da condição prevista no inciso II do art. 4º do Decreto nº 68.796/2025.

3.1.25 Em caso de inadimplência do beneficiário, após o vencimento da 10ª (décima) parcela, a instituição credenciada excluirá o(s) beneficiário(s) da lista mensal de cobrança e comunicará imediatamente seu(s) nome(s) ao Município de Joinville.

3.1.26 O pagamento pelo Município das parcelas número 11 e 12 se dará mediante apresentação da prestação de contas das operações de crédito realizadas, por meio dos documentos listados no item 3.1.24 e seguintes, incluindo o extrato da operação.

3.1.27 Confirmada a inadimplência a que se refere o item 3.1.25, extingue-se a obrigação municipal relativa às parcelas correspondentes aos juros remuneratórios.

3.1.28 As operações de crédito realizadas no âmbito do Programa não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do Município.

3.1.29 Não estão incluídos no Programa o pagamento de multas ou encargos moratórios por atraso nos pagamentos das parcelas.

3.1.30 As pessoas jurídicas interessadas na contratação das operações de crédito poderão optar por qualquer uma das empresas credenciadas sob esse Termo de Credenciamento.

3.2 Sustentabilidade:

3.2.1 Quando cabível, as empresas credenciadas deverão realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

3.3 Subcontratação:

3.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

3.4 Garantia da contratação:

3.4.1 Os serviços deverão ter garantia legal por parte das empresas credenciadas, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

3.5 Vistoria:

3.5.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

3.6 Equipe Mínima:

3.6.1 As empresas credenciadas deverão dispor de equipe suficiente para execução dos serviços.

3.7 Visita técnica:

3.7.1 Considerando o objeto da presente contratação, não há necessidade de visita técnica.

3.8 Documentação compulsória para contratação:

3.8.1 A credenciada deverá ser instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central (BACEN), ou OSCIP de microcrédito devidamente certificada pelo Ministério da Justiça.

3.8.2 No caso da credenciada se enquadrar como OSCIP de microcrédito, deverá apresentar Certificado de Habilitação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) válido.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 O presente processo não visa o credenciamento de um número determinado de instituições. O credenciamento poderá ser solicitado/realizado por uma ou por mais instituições.

4.2 Contudo, com base no histórico de contratação do programa de microcrédito anterior, o valor estimado de contratação pode alcançar até 669 contratos ativos de MEIs no valor máximo de contratação individual de R\$ 6.000,00 e outros 165 contratos ativos de Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP no valor máximo individual de R\$ 12.000,00, simultaneamente.

4.3 Não há Contratos, Ata de Registro de Preços ou processo licitatório em trâmite com o mesmo objeto da presente demanda.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Por força impositiva, nos termos do art. 6º do Decreto nº 68.796/2025 que regulamenta a Lei nº 9.908/2025, que institui o Programa Juro Zero de Joinville, visando estabelecer regras claras e objetivas quanto ao seu acesso e operacionalização, o Edital público será de Credenciamento, em que o Município definirá os deveres e as obrigações das partes relativos à operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville e credenciará entidades especializadas que se inscreverem e atenderem aos quesitos de seleção do programa.

5.2 Ademais, nos termos do artigo 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133 de 2021, o credenciamento configura "*processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados*".

5.3 Diferentemente das demais hipóteses de inexigibilidade, em que há somente um prestador apto a prestar o serviço que compõe o objeto a ser contratado, adota-se o credenciamento quando a Administração pretende contratar com o maior número possível de interessados ou cujas condições de contratação inviabilizem a seleção de um agente específico.

5.4 Ainda, estabelece o inciso II do Art. 79 da Lei 14.133/2021 que:

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
[...]*

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; [...].

5.5 A escolha dos fornecedores executantes decorre diretamente da natureza da contratação, que se dará por credenciamento, nos termos do art. 6º do Decreto nº 68.796/2025, permitindo que todas as instituições que preencham os requisitos estabelecidos no edital sejam habilitadas a executar o objeto.

5.6 No caso do Programa Juro Zero de Joinville, as instituições credenciadas poderão ser instituições financeiras, cooperativas de crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), desde que possuam:

5.6.1 Autorização legal para a concessão de crédito produtivo orientado, nos termos da legislação vigente e regulamentações do Banco Central do Brasil.

5.6.2 Capacidade técnica e operacional para análise, concessão, acompanhamento e gestão de operações de crédito.

5.6.3 Estrutura administrativa, tecnológica e de atendimento capaz de garantir a execução do programa de acordo com as diretrizes da Lei Municipal nº 9.908/2025 e do Decreto Municipal nº 68.796/2025.

5.7 A opção por esse modelo decorre da necessidade de garantir:

5.7.1 Abrangência territorial, permitindo que diferentes instituições atuem em diversas regiões do município.

5.7.2 Competência técnica diversificada, aproveitando a expertise de múltiplos agentes no setor de crédito.

5.7.3 Atendimento personalizado, conforme as características e demandas de cada beneficiário.

5.7.4 Capacidade de resposta imediata, sem a limitação de depender de um único prestador para atender toda a demanda.

5.8 O credenciamento assegura que o serviço será prestado de forma contínua e simultânea por mais de um executante, atendendo ao princípio da eficiência e ampliando a competitividade entre os credenciados, ainda que não se trate de disputa licitatória tradicional. Além disso, o modelo proporciona maior liberdade de escolha ao beneficiário, que poderá optar por qualquer instituição credenciada para acessar o crédito, promovendo um ambiente de pluralidade e garantindo que a política pública alcance todo o público-alvo do programa.

5.9 Ante o exposto, a escolha dos fornecedores executantes está diretamente vinculada ao objetivo de ampliar o alcance, a eficiência e a efetividade do Programa Juro Zero de Joinville, utilizando-se de um modelo jurídico que assegura isonomia, transparência e qualidade na prestação do serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 A contratação tem como valor estimado o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referente ao custeio das duas últimas parcelas das operações de crédito, correspondentes exclusivamente aos juros remuneratórios, concedidas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville.

6.2 Para a definição da estimativa global da contratação, foi considerada a experiência de programas anteriores de fomento ao crédito no município, especialmente o Processo de Credenciamento SEI nº 23.0.083292-0, bem como o histórico de adesão e valores médios das operações registradas no programa municipal de retomada econômica. No Programa anterior, atendemos 1.220 empresas sendo 921 MEIs e 299 ME/EPPs. Esses parâmetros permitiram projetar o volume de recursos necessários para atender à demanda estimada no exercício de 2026, resultando no montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

6.3 A média de empresas atendidas no período de 12 meses em 2023/2024 foi de 612 MEIs e 166 MEs/EPPs, perfazendo um total subsidiado de R\$ 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais), o que demonstra o sucesso e a importância do programa para o ambiente de negócios das microempresas.

6.4 De igual modo, foi levado em conta o quantitativo de operações e os valores médios dos créditos concedidos aos beneficiários no âmbito do programa municipal de retomada econômica, observando-se a demanda efetiva registrada e o impacto orçamentário associado ao custeio de parcelas finais dessas operações de crédito.

6.5 A projeção também considerou a expectativa de adesão ao programa no exercício de 2026, estimando-se o número de operações a partir da capacidade operacional das instituições credenciadas, do histórico de demanda por crédito no município e da ampliação do público potencial com a implementação das novas diretrizes do Decreto regulamentador.

6.6 Ressalta-se que o valor estimado contempla unicamente o subsídio municipal previsto em lei e não inclui quaisquer outras despesas relacionadas à gestão do programa, uma vez que os custos operacionais e administrativos serão integralmente arcados pelas instituições credenciadas, conforme disposto no Decreto Municipal nº 68.796/2025.

6.7 A estimativa aqui apresentada visa garantir que o orçamento alocado seja suficiente para atender à demanda projetada, sem comprometer a execução de outras ações estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, assegurando a efetividade da política pública e o alcance de seus objetivos de fomento ao empreendedorismo, geração de emprego e fortalecimento da economia local.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o credenciamento de instituições para operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Trata de credenciamento de instituições para concessão de crédito na importância limite de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI) e de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

8.2 O pagamento decorrente desta contratação será realizado de forma parcelada, considerando que os desembolsos do Município correspondem exclusivamente ao custeio das duas últimas parcelas relativas aos juros remuneratórios de cada operação de crédito concedida no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville.

8.3 Tal característica decorre do próprio desenho da política pública, que prevê o subsídio municipal apenas ao final do contrato de crédito, condicionado à adimplência integral das parcelas anteriores pelo beneficiário.

8.4 Esse formato de pagamento garante maior controle e segurança na aplicação dos recursos públicos, uma vez que o repasse ao credenciado somente ocorrerá mediante comprovação da regularidade dos pagamentos e do cumprimento de todas as condições estabelecidas no Decreto nº 68.796/2025.

8.5 Além disso, o parcelamento permite adequar o desembolso financeiro do Município ao fluxo real de execução do programa, distribuindo os pagamentos ao longo da vigência dos contratos de crédito e evitando o comprometimento desnecessário de caixa em um único período.

8.6 Trata-se, portanto, de uma medida alinhada aos princípios da economicidade e eficiência, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para a gestão responsável dos recursos públicos.

8.7 Também, não há perda de economia de escala ao dividir a contratação, pois dessa forma o leque de instituições credenciadas será maior, facilitando o acesso ao crédito às empresas.

8.8 Assim, a solução é divisível, tecnicamente e economicamente viável, considerando que quanto mais instituições se credenciarem, melhor o acesso à linha de crédito.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 A contratação por credenciamento para operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville visa alcançar resultados concretos e mensuráveis, alinhados às diretrizes estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE e aos objetivos estabelecidos na Lei Municipal nº 9.908/2025 e no Decreto nº 68.796/2025.

9.2 Entre os ganhos diretos esperados, destacam-se:

9.2.1 Ampliação do acesso ao crédito produtivo orientado para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte formalizadas no município.

9.2.2 Redução do custo efetivo das operações de crédito por meio do subsídio das duas últimas parcelas para beneficiários adimplentes.

9.2.3 Estímulo à pontualidade no pagamento, com impacto positivo sobre os índices de adimplência.

9.2.4 Atendimento personalizado aos empreendedores, com análise socioeconômica, orientação financeira e acompanhamento da aplicação dos recursos.

9.2.5 Fortalecimento das atividades produtivas locais, com a exigência de que os recursos sejam aplicados exclusivamente em Joinville.

9.3 Como ganhos indiretos, a contratação contribuirá para:

9.3.1 Aumento da formalização de negócios e redução da informalidade.

9.3.2 Geração e manutenção de empregos, ampliando a renda das famílias e a circulação de recursos na economia local.

9.3.3 Fortalecimento das cadeias produtivas e do ecossistema empreendedor da cidade.

9.3.4 Desenvolvimento de competências gerenciais e financeiras entre os beneficiários, promovendo maior sustentabilidade dos negócios.

9.3.5 Melhoria da imagem institucional do Município como agente indutor do desenvolvimento econômico e da inclusão social.

9.3.6 Cumprimento das metas e políticas públicas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Municipal - PEDEM.

9.4 Com a execução adequada do programa, espera-se não apenas viabilizar o acesso ao crédito, mas criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico local, em que o investimento público realizado retorne à sociedade na forma de mais oportunidades, maior competitividade empresarial e fortalecimento do tecido socioeconômico de Joinville.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Não serão necessárias providências adicionais.

10.2 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação dispõem de servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do serviço e que serão responsáveis tanto pela fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

10.3 Em atendimento ao princípio da segregação de funções, quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não se localizou contratações correlatas tanto em compras unificadas a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

11.2 No caso, ainda, não há a necessidade de contratação interdependente para atendimento do objeto da presente contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a(s) contratada(s) deverá(ão) observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

Risco: Possibilidade de não haver empresas interessadas ou aptas a se credenciar.

a) Identificação de Riscos - Probabilidade (P): Raro.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) Análise de riscos - Impacto (I): Muito alto.

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) Avaliação de riscos:

Os riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como: Médio.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
PROBABILIDADE							

d) Tratamento de riscos

Com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de Mitigar.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		Apesar de existir, o risco é raro. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento declara **viável o credenciamento de instituições para operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville**, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.

No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Oldemar Nunes Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 12/09/2025, às 10:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magnoli Luchezi Pinheiro, Gerente**, em 12/09/2025, às 10:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Cristina Kalef, Diretor (a) Executivo (a)**, em 12/09/2025, às 10:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ayrton de Carvalho Junior, Gerente**, em 12/09/2025, às 17:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26739965** e o código CRC **3DFD7716**.

Rua Max Colin, 550 - Bairro América - CEP 89204-040 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.192904-1

26739965v12